



OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO

observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br

Editorial

FCTC/OMS PARABENIZA AÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO POR BUSCAR INDENIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE TABACO

Em 21 de maio, a Advocacia-Geral da União (AGU) do Brasil ajuizou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul contra as maiores corporações de tabaco no país e suas matrizes no exterior objetivando exigir o ressarcimento das despesas referentes ao tratamento de 26 doenças tabaco relacionadas. A iniciativa prevê compensação proporcional para gastos futuros e danos morais coletivos em decorrência da carga de saúde pública do tabaco.

Em seu comunicado à imprensa, a Procuradoria Geral do Brasil apontou que, de acordo com estudos realizados por pesquisadores da Fiocruz – *Carga de doença atribuível ao uso do tabaco no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de impostos* –, os valores somam 56,9 bilhões de reais ao ano, dos quais, 39,4 bilhões de reais são referentes aos custos médicos e 17,5 bilhões de reais aos custos por perda de produtividade. Esse montante representa 1% do Produto Interno Bruto (PIB), e a arrecadação de impostos sobre a venda de cigarros cobre apenas 23% das perdas geradas pelo tabagismo para o país. Refere-se também à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS (CQCT /OMS), exigindo que os governos adotem as medidas necessárias intencionando lidar com a responsabilidade civil, incluindo a compensação, para fins de controle do tabaco.



A CQCT está, atualmente, implementada em 181 Partes, que estão determinadas a proteger a saúde pública. A epidemia do tabaco é uma das maiores ameaças à saúde pública que o mundo já enfrentou, matando mais de 8 milhões de pessoas por ano. Sabe-se que o uso de tabaco e a exposição à fumaça aumentam drasticamente o custo dos cuidados relativo à saúde, entre outros impactos onerosos para a sociedade.

No Artigo 4.5 da CQCT/OMS, as Partes reconhecem, como princípio orientador para a implementação da convenção, que as questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada membro dentro de sua jurisdição, são aspectos importantes do

controle abrangente do tabaco. O Secretariado da CQCT apoia seus parceiros com informações que os ajudarão a entender melhor e abordar aspectos relacionados à responsabilidade, inclusive na recuperação de custos de assistência médica. Em 2017, lançou uma ferramenta que orienta os países sobre a responsabilidade civil.

O Secretariado da FCTC/OMS e a OMS aplaudem a ação do governo brasileiro por buscar compensação das empresas multinacionais de tabaco pelos custos sociais e econômicos do sofrimento e dos cuidados de saúde, resultantes de doenças relacionadas ao tabaco.

Secretariado da FCTC/OMS

Artigo | por *Alexandre Octavio R. Carvalho*

CONSUMO GLOBAL DE CIGARRO EM QUEDA LEVA AGROINDÚSTRIA DO TABACO PARA OFENSIVA

O alarme acendeu para a cadeia agroindustrial do tabaco brasileiro. Os conhecidos contratemplos internos do cultivo das folhas, como o trabalho penoso de agricultores, custos da produção e endividamento, intoxicação por agrotóxicos e doença da folha verde, adversidades climáticas e a classificação depreciativa das folhas de tabaco pela indústria, agora se somam a impasses externos, como a redução no consumo do cigarro tradicional, o avanço do cigarro eletrônico na Europa e Ásia, além da competição com a anárquica produção africana de tabaco.

Se a saúde comemora o declínio global do tabagismo, o futuro assombra o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Werner, que se utiliza das mídias locais do sul do país – como a Rádio Afubra¹ – para alertar sobre o cenário desfavorável e propor aos agricultores receitas da economia clássica, como plantar menos para valorizar o preço frente à demanda.

Em entrevista recente, o executivo da Souza Cruz, Dimar Frozza, previu que o tabaco tradicional permanecerá atrativo devido

¹ <https://afubra.com.br/noticias/11179/programa-da-afubra-dia-11-de-maio-de-2019.html>

ao Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT),

“o mais robusto do mundo e um dos mais consolidados do agronegócio brasileiro”².

Contrato firmado entre agricultor e indústria, tutelado pelo instrutor das fumageiras, que garante o controle e a qualidade da folha mediante o compromisso de compra, o executivo revela, no entanto, que o sistema integrado se ampara na dependência química do tabagista ao apontar que

“os consumidores seguem buscando a mesma coisa no fim do dia, que é a nicotina”³.

Para contornar as adversidades, o setor reivindica acesso a recursos direcionados ao cultivo do tabaco, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para reforma e aquisição de equipamentos, além da essência do programa.

A proposta avança no governo e conta com apoio dos municípios da Região Sul, vinculados à Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) – entidade com influência política entre os agricultores.

Elaborada pelos deputados federais Celso Maldaner (MDB-SC) e Alceu Moreira (MDB-RS), da Frente Parlamentar da

Agropecuária⁴, em acordo com o secretário de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura, Fernando Schwanke (MDB), a proposta está no Gabinete da ministra da Agricultura, Teresa Cristina, e deve se tornar pauta do Conselho Monetário Nacional, que decidirá sobre as novas normas do programa.

Schwanke, ex-prefeito de Rio Pardo, município pertencente ao Vale do Rio Pardo – região que congrega mais de 20 municípios no Rio Grande do Sul –, destacou, antes da posse, que o tabaco não teria tratamento diferenciado devido “às controvérsias que rondam o cigarro”⁵.

Com menos de dois meses no cargo, liderou uma comitiva do tabaco formada por Afubra, Abifumo, SindiTabaco e Câmara Setorial do Tabaco para uma audiência com a ministra da Agricultura, deixando claro, ao final, que

“haverá apoio do governo brasileiro no sentido de deixá-los produzir. Afinal, o setor é extremamente importante para a agricultura brasileira, seja na balança comercial, na geração de postos de trabalho ou na fixação do homem no campo”⁶.

Desde 2002, os critérios estabelecidos pelo Banco Central para acesso ao Pronaf, para os agricultores que plantam tabaco, passam pela comprovação de renda resultante de outras culturas que não a do tabaco.

² http://www.gaz.com.br/conteudos/geral/2019/05/24/146607-o_tabaco_e_uma_joia_que_precisa_ser_cuidada_diz_diretor_da_souza_cruz.html.php

³ http://www.gaz.com.br/conteudos/geral/2019/05/24/146607-o_tabaco_e_uma_joia_que_precisa_ser_cuidada_diz_diretor_da_souza_cruz.html.php

⁴ http://www.celsomaldaner.com.br/website/maldaner_destaque_noticias_mostra.php?idpost=2325

⁵ http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2018/12/30/137400-bolsonaro_e_tabaco_futuro_secretario_nacional_avalia_reacao.html.php

⁶ <https://www.portalarauto.com.br/Pages/160281/lideres-da-cadeia-produtiva-do-tabaco-apresentam-demandas-do-setor-para-a-ministra-da-agricultura>



Foto: Marcelo Moreno

Destaca-se que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco só foi ratificada pelo Senado após o governo se comprometer com a criação do Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco⁷.

Para os articuladores do crescimento do setor, instalados na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, vinculada ao Ministério da Agricultura, o crédito livre pode revigorar o tabaco tradicional valendo-se da redução do custo de produção, refletindo no preço final dos 86% da produção sulina destinados às exportações e nos 14% restantes – 20 milhões de tabagistas – para o mercado interno.

Desde a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (CQCT/OMS), o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), representando os interesses de 15 empresas, vem investindo recursos significativos na construção de uma agenda positiva

para o setor, visando neutralizar as informações sobre adoecimento e mortalidade associadas ao cigarro, ao relacionar a cultura com sustentabilidade, prosperidade e qualidade de vida no campo.

Em seu Relatório Institucional de 2019, o SindiTabaco avançou ainda mais nessa estratégia ao investir na consultoria do ex-ministro da Fazenda, o economista Mailson da Nobrega, para ressaltar a importância econômica do tabaco. No documento “*Tabaco: relevância econômica e social no Brasil*”⁸, Nóbrega apaga o cigarro para focar exclusivamente na produção, atrelando a cultura a indicadores de bem-estar social, como redução da mortalidade infantil, de homicídios e baixa evasão escolar.

Mas a autopromoção, a participação no governo e as críticas à sociedade civil refratárias ao tabagismo, por si só, não garantem o negócio e o lucro. No confronto comercial, o setor inovou ao implantar, em 2010, com apoio do

⁷ <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parecer-recomenda-que-estado-estimule-alternativas-ao-plantio-de-fumo/>

⁸ <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/tabaco/2019/sinditabaco-relatorio-institucional-2019.pdf>

Inmetro, CNPq e da Universidade Federal de Pelotas, a certificação para o tabaco, única no mundo⁹, igualando uma planta não comestível às frutas, para se diferenciar do tabaco africano.

Para que a reação rural transforme-se em crescimento, o setor atua sistematicamente contra as estratégias regulatórias descritas nos artigos CQCT/OMS, caso das embalagens padronizadas ou dos aditivos saborizados nos cigarros, e na expansão do mercado brasileiro, pela substituição do cigarro ilegal pelo legal, conforme portaria¹⁰, que possibilita a redução da tributação do cigarro, proposta pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

O esforço em defesa do cigarro pelos produtores de tabaco só foi possível devido aos avanços do tratado e revela um agroproduto politicamente híbrido, que se ampara tanto na Confederação Nacional da Agricultura (CNA) como na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Essa aliança, porém, tende a ficar menos amistosa, com danos para os agricultores e municípios, que se mantêm dependentes dessa economia, devido à aposta e investimentos maciços da indústria nos dispositivos eletrônicos de fumar (DEF), permitidos em mercados como a China, Estados Unidos, Reino Unido e Japão¹¹.

Outro empecilho se refere à especialização do cultivo. A seleção industrial visando à qualidade do tabaco acabou excluindo, ao longo

de dez anos, quase 50 mil agricultores familiares, sem afetar a produtividade, mantendo o Brasil como maior exportador.

Essa concentração territorial avança devido às ações de fortalecimento da cultura nas economias locais, dilatadas por prefeitos integrantes da Diretoria da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco, e tem se tornado fonte de preocupação para as entidades que lidam com seguro rural, caso da Afubra, frente às adversidades climáticas, como geadas e estiagens¹².

Além da dependência financeira do agricultor, resultante do sistema integrado, do peso político e econômico das empresas de beneficiamento do tabaco, instaladas nas regiões produtoras, o maior desafio da produção reside na manutenção do mercado para os cigarros tradicionais, fonte final do negócio tabaco. Na segunda metade da década de 1990, a indústria do tabaco recebeu um aporte expressivo de investimentos, e o Rio Grande do Sul tornou-se o maior polo processador de fumo em folha do Brasil.

A série histórica tem refletido as escolhas dos usuários mais conscientes em ambiente de livre escolha e regulação efetiva e necessária. Enquanto, em 1992, o fumo em folha representava 2,59% das exportações do país, hoje decresceu para 0,8%, com 86% destinado à exportação, abastecendo entre 25% a 30% o mercado global.

⁹ <http://www.jornalarauto.com.br/Pages/1686/Entidades-encaminham-projeto-de-certificacao-inedita-do-tabaco# XPUPIBZKiUk>

¹⁰ http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68561661/dol-2019-03-26-portaria-n-263-de-23-de-marco-de-2019-68561465

¹¹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/04/conheca-as-diferencas-entre-cigarro-eletronico-e-convencional-cjfo93q75080v01phx0375mc2.html>

¹² <https://afubra.com.br/noticias/11185/programa-da-afubra-25-de-maio-de-2019.html>

GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR TRIBUTAÇÃO SOBRE PRODUTOS DE TABACO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, em março de 2019, publicou portaria que instituiu um grupo de trabalho (GT) para avaliar a “conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil”. O GT objetiva a realização de estudos para proposição de melhorias à política fiscal e tributária sobre cigarros fabricados no Brasil e a adoção de medidas que visem à redução do consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade e contrabandeados.

Contrariado por instituições que atuam no controle do tabaco, o propósito do GT diverge das conquistas obtidas pela tributação na redução do consumo de cigarro.

Desde que o país passou a adotar uma política de preços e impostos, em 2011, houve redução da prevalência de fumantes. Entre 2011 e 2018, passou de 14,8% para 9,3%, segundo dados da pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde.

Três meses mais tarde, em junho, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem detalhando falta de informações, na agenda oficial do Ministério da Justiça, a respeito de audiências com representantes da indústria fumageira. De acordo com o texto, nos três primeiros meses do ano, ou seja, antes da criação do GT, houve ao menos três encontros com entidades ligadas ao setor.



José Agenor Álvares

Crédito:
Marcello Casal Jr/ABr

Para o ex-ministro da Saúde, José Agenor Álvares, que dirigiu a área técnica da Anvisa para regulação do setor, a criação do GT é mais uma inovação da estratégia de negócios da indústria do tabaco.

“Devemos sempre estar atentos às táticas da indústria. A tributação é um instrumento importante para redução do uso do cigarro. A prevalência de fumantes está reduzindo no país; é claro que a indústria vai buscar novas alternativas”, alertou.

Agenor, que foi premiado pela OMS, em 2012, pelas ações desempenhadas na luta contra o tabagismo no Brasil, disse estar surpreso com a criação do GT no âmbito do Ministério da Justiça.

“Surpreende o fato de o Ministério ter aceitado dirigir e coordenar esse grupo. Ao mesmo tempo, não deve ter ocorrido diálogo com a pasta da Saúde, uma vez que o atual ministro declarou ser contra qualquer alteração na política, principalmente no que tange à regulação do preço do cigarro.”

E completou:

“Não podemos pensar em formular uma política tendo como base a possibilidade do aumento da pirataria ou contrabando, pois, para isso, temos instrumentos legais de fiscalização.”

De acordo com o Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco – plataforma incentivada pelo Secretariado da CQCT/OMS com a finalidade de proteger as políticas públicas de saúde dos interesses comerciais da indústria –, uma das táticas desse segmento prevê tentativas recorrentes para interferir no processo político e legislativo, assim como o exagero sobre a importância econômica da

indústria do tabaco para o país na geração de empregos e arrecadação de impostos.

José Gomes Temporão, ministro da Saúde de 2007 a 2011, declarou que a criação do GT sobre tributação de produtos de tabaco é mais uma estratégia que vai amargar grande prejuízo, tanto para a saúde pública como para a economia.

“Há evidências de que tem sido justamente o aumento de impostos e de preços sobre os produtos de tabaco, principalmente os cigarros, uma das medidas mais custo-efetivas para reduzir a iniciação de jovens no tabagismo. O tabagismo é uma doença pediátrica, pois 80% dos fumantes iniciam o consumo antes dos 18 anos, e a facilidade de acesso devido aos baixos preços dos cigarros exerce papel central nesse triste quadro estatístico”, disse.



**José Gomes
Temporão**

Crédito:
Gervásio Baptista/ABR

Atualmente no Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Temporão lembrou que o Brasil ratificou o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco em junho de 2018, uma questão reconhecida internacionalmente como ameaça aos países, conforme também afirmou o pesquisador em artigo assinado com o ex-diretor do Inca, Luiz Antonio Santini.

“A resposta correta é a implementação do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilegal da OMS, e não a redução de impostos, que já se mostrou inócua para a finalidade proposta e traz um benefício para a versão legal do produto, que, por si só, já causa enormes prejuízos a todos os brasileiros”, afirma o texto.

Em relação às estratégias da indústria, os ministros alertam para a importância de as instituições de saúde monitorarem e divulgarem essas ações. Um dos exemplos é o cigarro eletrônico, que tem sido divulgado pela indústria como uma alternativa ao cigarro convencional,

uma forma mais fácil para os fumantes largarem o cigarro; estudos mostram, porém, que serve como porta de entrada para o tabaco.

“Temos que intervir no início. A política tem que ter foco nas crianças e adolescentes, porque, ali, está a grande maioria das pessoas que se iniciam no tabagismo. Por isso, a Anvisa, há alguns anos, atuou contra os aditivos em produtos derivados do tabaco. Para isso, temos que estar permanentemente vigilantes.”

José Gomes Temporão completou:

“Instrumentos como os observatórios, que monitoram as estratégias da indústria do tabaco, são fundamentais para termos, da parte da sociedade civil, da academia, especialistas e movimentos sociais, ferramentas para fiscalizar, cobrar, denunciar infrações e violações daquilo que estabelece a Convenção-Quadro.”



De 15 a 17 de julho, a pesquisadora Silvana Rubano Turci participará do workshop promovido pelo Centro de Consórcio Regional do Sul da Ásia para o Combate ao Tabaco (CCP-CCR), organizado pelo Centro de Monitoramento da Indústria do Tabaco no Sri Lanka. A coordenadora do Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco falará sobre a experiência brasileira no monitoramento da indústria.

Confira em <https://www.inca.gov.br/publicacoes/informativos/informativo-da-conicq> a mais nova versão do Boletim Informativo da Coniq.

Expediente:

Presidente da Fiocruz: *Nísia Trindade Lima*

Diretor da ENSP: *Hermano Castro*

Coordenadora do Cetab: *Valeska Figueiredo*

Corpo editorial:

Alex Medeiros Kornalewski

Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho

Danielle Barata

Filipe Leonel

Silvana Rubano Turci (Coordenadora do Observatório)

Ana Lucia Normando – Revisão

Tatiana Lassance Proença – Criação e editoração

Contato:

cetab.observatorio@ensp.fiocruz.br

A ACT lançou nova versão da tradicional história João & Maria. Na animação, a organização lembra como as crianças são atraídas com balas e doces. Essa estratégia está sendo adotada, pela indústria do tabaco, para levar jovens ao consumo do cigarro. Confira: <https://youtu.be/rN6YPPJtjzQ>

Este documento foi produzido com a ajuda financeira da Vital Strategies, gerida pela União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Pulmonares (The Union) e financiado pela Bloomberg Philanthropies. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e, em nenhuma circunstância, pode ser considerado como refletindo as posições de Vital Strategies e da The Union ou os doadores.

The Union

International Union Against
Tuberculosis and Lung Disease
Health solutions for the poor



@Observatoriotab



<https://www.facebook.com/cetab.ensp>